

EDUCAÇÃO, JORNALISMO E MEIO AMBIENTE: LEITURAS SOBRE A CRISE ECOLÓGICA NO CONTEXTO DO AQUECIMENTO GLOBAL

LÜCKMAN, Ana Paula – PPGE / UFSC – apl@floripa.com.br

GT: Educação e Comunicação / n.16

Agência Financiadora: CAPES

1. Introdução

Calor intenso, elevação no nível dos oceanos, derretimento de geleiras, maior ocorrência de tempestades e furacões, comprometimento dos recursos hídricos, extinção de espécies. Os prováveis efeitos do processo de aquecimento global constatado pela ciência têm sido anunciados com destaque nos meios de comunicação, que nos últimos meses se empenham em apresentar as conclusões das mais recentes e rigorosas pesquisas acerca dos resultados da ação humana sobre o planeta. Além de abordar as previsões pessimistas sobre como pode ser a vida num planeta em tão drástica transformação, jornais, revistas, sites de Internet e programas de televisão noticiaram com bastante ênfase a conclusão de que esse contexto problemático é resultado da ação humana. Da mesma forma, buscam estimular as pessoas comuns a contribuírem para minimizar esses efeitos negativos com pequenas atitudes cotidianas. Até mesmo os programas matinais voltados para as donas-de-casa de classe média e média-baixa falam sobre temas como neutralização de emissões de carbono ou utilização de energias alternativas.

O destaque dado pela mídia aos assuntos relacionados a uma crise ambiental não é recente: pode-se afirmar que esses temas emergiram na imprensa paralelamente ao surgimento de uma discussão social de caráter mais institucional, amplo e abrangente em torno do meio ambiente, discussão esta que tem como marco histórico a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo (Suécia), em 1972. Vinte anos depois, a crise ambiental voltou às manchetes com grande destaque na imprensa do mundo todo, e de maneira especial na do Brasil, que teve na cidade do Rio de Janeiro a sede da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92 ou Eco-92. Em 2002, foi realizada em Johannesburgo (África do Sul) outra grande conferência, a Rio+10, para avaliar os resultados da Rio-92. A partir desses grandes encontros, que contaram com chefes de estado, representantes da comunidade científica e da sociedade civil, organizada principalmente em entidades não-governamentais, disseminou-se o discurso acerca da necessidade urgente de se

frear a degradação do planeta. Esse discurso tem na mídia, e principalmente no jornalismo, uma de suas principais caixas de ressonância.

Assim como aconteceu com as grandes conferências, a divulgação de estudos científicos a respeito da situação do planeta costuma ser intensamente explorada pela imprensa. Os dados a respeito do aquecimento global sobre os quais falamos brevemente no início deste texto, por exemplo, são resultado de cinco anos de estudos realizados por cientistas de vários países que compõem o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).¹ Embora o relatório tenha sido divulgado oficialmente apenas em fevereiro de 2007, suas principais conclusões já vinham sendo anunciadas meses antes, motivando uma grande quantidade de reportagens sobre esse tema na imprensa.

Nesse contexto, parece inegável que os meios de comunicação desempenham um importante papel enquanto multiplicadores de informações de caráter educativo. Diversas pesquisas revelam que é através da mídia, e principalmente da televisão, que a maior parte das pessoas recebe informações sobre o meio ambiente. (CRESPO, 2003; RAMOS, 1996; NELSON, 1994; ISER, 2006) No entanto, alguns estudos têm apontado também uma série de fragilidades nas formas como o meio ambiente aparece na mídia – seja em função da espetacularização, da superficialidade com que os assuntos são tratados ou da falta de espaço para abordagens mais complexas em torno das questões apresentadas. (ABREU, 2006; SILVA, 2005; SIQUEIRA, 1999; RAMOS, 1996; GAMBA, 2003)

Dentro desse panorama, a questão que nos motivou a desenvolver o presente estudo foi a ausência de pesquisas que considerem as formas como as pessoas recebem as informações sobre meio ambiente através da mídia. Nossa intenção ao elaborar um estudo de recepção com foco específico no noticiário sobre meio ambiente foi verificar as maneiras pelas quais os leitores interpretam, ressignificam e se apropriam dos sentidos das mensagens transmitidas pelo discurso da mídia, identificando possíveis aspectos educativos nesse processo.

2. A dimensão ambiental na educação e no jornalismo: breve panorama

¹ O IPCC foi criado em 1988 a partir da Organização Meteorológica Mundial (WMO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para organizar uma base de dados com informações técnicas, científicas e socioeconômicas sobre o fenômeno do aquecimento global.

Ao mesmo tempo em que a discussão em torno de uma crise ambiental ganha cada vez mais espaço na sociedade, destacamos a emergência de duas disciplinas em cujo cruzamento se situa o presente estudo: em um lado, dentro do campo mais amplo da educação, encontramos a *educação ambiental*, que surge a partir de um discurso que aponta a necessidade de uma educação voltada para uma conscientização que leve à superação dos problemas que provocam essa crise. Em outro lado, no campo da comunicação e especificamente do jornalismo, emerge o chamado *jornalismo ambiental*, praticado pelos profissionais de imprensa que produzem material jornalístico em torno desses assuntos. Embora concordemos com as reflexões de autores que problematizam a inclusão do adjetivo *ambiental* em ambos os campos², manteremos o uso das duas expressões ao longo deste trabalho por questão de clareza metodológica – e também porque não podemos negar o fato de que ainda há um longo caminho a percorrer antes que a dimensão ambiental seja perfeitamente incorporada tanto pela educação quanto pelo jornalismo.

A discussão em torno de uma *educação ambiental* ganha corpo dentro das conferências oficiais organizadas em nível internacional para discutir a questão ambiental, já mencionadas, e atinge instâncias sociais menores, num efeito multiplicador. Grün (1995, p. 171) afirma que há uma associação direta entre o alerta para os problemas ambientais e o discurso que aponta a necessidade de uma educação que ajude a superar esses desafios. Esse discurso segue uma perspectiva lógica: a partir da descrição do estado real dos estragos causados ao meio ambiente, detectada através das ciências empírico-analíticas, constata-se a necessidade de uma educação ambiental para frear o processo de destruição do planeta.

Essa perspectiva nos conduz a um paralelo com o pensamento de Paulo Freire, que, mesmo sem tratar especificamente da educação dita “ambiental”, apresenta em seu trabalho um marco conceitual muito adequado para nortear nossas reflexões. As noções de *consciência* e *conscientização* são as principais referências importantes, na medida em que ambas as palavras costumam aparecer com muita frequência no contexto da educação ambiental. A consciência crítica, para Freire, tem um caráter

² No campo da educação, destacamos as discussões de Brügger (2004) e Grün (2001) sobre a pertinência da adjetivação na expressão *educação ambiental*. Para Brügger, a inclusão da perspectiva ambiental na educação leva à dedução de que a educação tradicional não é ambiental. Já Grün enfatiza que o acréscimo do adjetivo decorre do fato de que a natureza é um “conceito negativo” na teoria educacional. Transportamos essas reflexões para o campo do jornalismo, com apoio em Abreu (2006) e Genro Filho (1989), que tecem críticas aos diversos tipos de jornalismo especializado, entre eles o ambiental.

reflexivo e transformador, indo muito além do mero contato com a informação objetiva. Já para a conscientização é necessário o desvelamento da realidade objetiva e uma mudança de relação com essa realidade. (FREIRE, 1987; 1997)

No contexto em que parece haver um consenso em torno da necessidade de uma educação ambiental e se elabora uma série de instrumentos legais para nortear as políticas públicas nesse sentido, ganha ênfase a importância da atuação dos meios de comunicação social dentro desses objetivos. A importância da mídia para a educação ambiental é reconhecida, por exemplo, pela lei federal 9.795/1999, que institui no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa lei diz que todos têm direito à educação ambiental, cabendo aos meios de comunicação “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação”. A PNEA prevê ainda que o poder público, em todos os níveis, deve incentivar “a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente”. (DIAS, 2000, pp. 66-72; BRASIL, 2005, pp. 65-70) O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e a Agenda 21 brasileira são outros documentos que enfatizam o potencial dos meios de comunicação em contribuir para o processo de educação ambiental. (TOZONI-REIS, 2004; BRASIL, 2005; BRASIL, 2004)

No caso do jornalismo ambiental, entretanto, o potencial educativo dos meios de comunicação ainda parece pouco aproveitado em termos práticos, como indicam alguns estudiosos da área. Trigueiro (2003, pp. 81-84), por exemplo, identifica algumas dificuldades no trabalho desse novo profissional das redações, sobretudo no que diz respeito à sua formação – seja nos cursos de graduação ou de pós-graduação. O autor considera também que a questão ambiental, de maneira geral, aparece de forma superficial e fragmentada na grande imprensa, o que se deve a fatores como as percepções sobre o conceito de meio ambiente dos profissionais do jornalismo e a pressão pela agilidade na produção – o que impede que o jornalista tenha tempo para investigar os fatos com mais rigor e precisão.

Além desses fatores, Silva (2005) aponta como pontos problemáticos na cobertura jornalística sobre meio ambiente a tendência a apresentar as notícias com enfoque negativo e a prioridade para fontes oficiais na elaboração dos textos. Para a

autora, fica claro que as notícias publicadas apresentam a natureza como tendo relação direta com a sociedade; o aspecto *negativo* dessa relação, contudo, é que recebe mais ênfase. Em sua maioria, os textos analisados pela autora, selecionados em três dos principais jornais de circulação nacional, restringiam-se aos aspectos factuais (imediatos) dos assuntos noticiados, sem preocupação com uma maior contextualização. A ênfase no espetáculo também é salientada no estudo de Siqueira (1999), que analisou as maneiras como a ciência é apresentada no conteúdo jornalístico do programa “Fantástico”, da Rede Globo.

Num estudo sobre o discurso do desenvolvimento sustentável, Abreu (2006), analisou as maneiras como esse discurso aparece em dois veículos impressos especializados.³ Com a leitura do seu material de análise, a autora lista as expressões mais repetidas nos textos, o que constitui uma “rede parafrásica” – entre as quais destacamos “conscientização ecológica”, “indústria verde”, “uso sustentado”, “paraíso ecológico”, “econegócio”, “ecoturismo”, “marketing ecológico”, “ecologicamente correto”, “amigo da natureza”, “consciência ambiental”, “santuário ecológico”, “cultura verde” e “consciência ambiental”. Em alguns casos, observa, uma mesma expressão tem diferentes sentidos; em outros, palavras diferentes querem dizer a mesma coisa. Para Abreu, o grande desafio do jornalismo ambiental é encontrar formas diferentes de apreender a realidade, pondo de lado a tendência de “formar uma consciência ambiental a partir de discursos globais”, generalistas, estruturados em clichês e frases feitas.

Análise semelhante a respeito da produção jornalística sobre meio ambiente é feita por Ramos (1996), autor de estudo pioneiro no Brasil, desenvolvido a partir da cobertura da mídia nacional durante a Rio-92. Para o autor, a questão ambiental recebe “cobertura isolada e fragmentada”, o que pode contribuir para a “consolidação de uma percepção fragmentada e parcial da problemática ambiental”, reforçando uma visão “compartimentalizada” dos problemas ambientais. (pp. 147-148)

Numa aproximação direta com a educação, Gamba (2003) procura evidenciar as relações entre mídia-educação e educação ambiental em trabalho desenvolvido com estudantes do ensino médio, em duas escolas de Florianópolis (SC). Seu estudo alia pesquisa-ação, estudo de recepção e análise de conteúdo, levando para discussões em

³ A autora desenvolveu seu estudo a partir da análise de textos de dois cadernos especializados em meio ambiente encartados em jornais diários: o “JB Ecológico”, do “Jornal do Brasil” (Rio de Janeiro), e o “AN Verde”, do jornal “A Notícia” (Santa Catarina). (ABREU, 2006, p. 97)

sala de aula textos jornalísticos extraídos da revista “Veja” e do jornal “Folha de São Paulo”. Uma das conclusões mais significativas diz respeito à importância de se inserir uma formação específica sobre meio ambiente para os profissionais da comunicação, bem como inserir a mídia-educação e a educação ambiental na formação de professores. Com relação especificamente ao jornalismo ambiental, Gamba também observa uma “fragmentação” na abordagem, o que em sua avaliação dificulta a realização de reflexões por parte dos receptores.

Pela leitura desses trabalhos, deduzimos que, em geral, o material jornalístico sobre meio ambiente teria potencial para ser usado em ações educativas dirigidas ou simplesmente contribuir para uma efetiva tomada de consciência do leitor/espectador, no sentido freireano do termo, acerca da questão ambiental. Na medida em que as pesquisas recentes sobre o discurso jornalístico sobre meio ambiente concordam quanto às fragilidades desse discurso, nossa proposta é observar como um determinado grupo lê e assimila as informações que recebe por esses meios.

3. O receptor como sujeito ativo: pressupostos teórico-metodológicos

Filiar-se aos pressupostos das correntes teóricas que pesquisam os *efeitos* da mídia sobre o público poderia parecer um caminho natural para nosso estudo. No entanto, julgamos que a tradicional fórmula linear emissor-mensagem-receptor é insuficiente para investigar um processo que na verdade se revela complexo e multifacetado, repleto de instâncias de negociação e ressignificação. Nessa medida, elaboramos nossa pesquisa de campo partindo de pressupostos teórico-metodológicos que consideram o receptor como sujeito ativo no processo de comunicação, na contramão do paradigma dos efeitos. Encontramos esse referencial teórico principalmente nos trabalhos de Martín-Barbero (2003; 2004), Orozco Gómez (2001; 2002) e Thompson (1998).

Os conceitos de recepção, mediação e apropriação são três referências interligadas bastante importantes no contexto deste trabalho. Para Orozco Gómez (2001, p. 23), a recepção deve ser entendida como um processo interativo, e não como mero recebimento passivo e acríptico de informações. Alguns postulados básicos dos estudos de recepção desenvolvidos na América Latina a partir dos anos 1980, nos quais Orozco é um dos expoentes, são os seguintes: a) os receptores são sujeitos sociais que não perdem essa condição na interação com os meios; b) a recepção não se restringe aos momentos de contato direto com os meios e suas mensagens; c) todo

processo de recepção está necessariamente mediado desde diversas fontes. (Idem, 2002, p. 18) Encontramos um alinhamento com as idéias dos teóricos latino-americanos em Thompson (1998), para quem a recepção é sobretudo uma *atividade*, ou seja, “o tipo de prática pelas quais os indivíduos percebem e trabalham o material simbólico que recebem”. Desta forma, não há dependência entre os sentidos que o produtor atribui à mensagem emitida e os sentidos do receptor ao consumi-la: “eles os podem usar, trabalhar e reelaborar de maneiras totalmente alheias às intenções ou aos objetivos dos produtores”. (Ibid, p. 42)

Retomando as referências principais dentro dos estudos latino-americanos de recepção, encontramos o conceito de *mediação* como uma noção bastante relevante para nossa pesquisa. Temos com Orozco Gómez uma definição bastante concisa:

Mediação é entendida aqui não como um filtro, mas como um *processo estruturante* que configura e orienta a interação das audiências e cujo resultado é a outorga de sentido por parte destas aos referentes midiáticos com que interatuam. (OROZCO GÓMEZ, 2001, p. 23, tradução nossa, grifo do autor)

A noção de mediação nos estudos de comunicação remete, portanto, ao lugar onde se constroem as significações. Bucci (2002) define esse processo como

[...] o processo pelo qual a significação é problematizada na comunicação com vistas ao estabelecimento de um campo comum. Ela coincide, nesse sentido, com a ideologia como processo: seu lugar é o imaginário. A mediação negocia o significado entre os sujeitos. (Ibid, pp. 233-234)

Nesse processo de negociação de significados, a noção de *apropriação* se torna bastante relevante, entendida como o processo através do qual o receptor se apodera de um conteúdo significativo de uma mensagem midiática e torna esse conteúdo próprio. (THOMPSON, 1998, p. 45) Apropriar-se de uma mensagem, para o autor, significa

[...] assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida – um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que a vivemos; contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida. (Ibid, p. 45)

A apropriação das mensagens, assim como a recepção, não se restringe ao momento em que a mídia é consumida pelo receptor: apropriação e recepção são atos

contínuos, que podem se estender além do contexto inicial, a partir de elaborações e reelaborações desencadeadas com as relações entre os sujeitos – ou seja, em diversas instâncias de mediação. Nesse contexto, a compreensão inicial que um indivíduo tem sobre as mensagens transmitidas pela mídia pode sofrer modificações e transformações, até que essas mensagens sejam tomadas para si, ou seja, apropriadas. (Ibid, p. 45)

Thompson observa ainda outro aspecto bastante relevante para nosso estudo: no processo de recepção e apropriação das mensagens da mídia, os indivíduos se envolvem num outro processo, paralelo, de formação pessoal e de autocompreensão. Nessa perspectiva, Orozco (2002, pp. 20-21) considera o cruzamento entre recepção e educação uma das possibilidades que têm predominado nesse campo complexo de investigação.

4. Pesquisa de campo: leituras de jovens universitários sobre a crise ecológica

Desenvolver um estudo empírico dentro de nosso tema junto a estudantes universitários de Florianópolis nos proporcionou o contato com um público bastante peculiar, uma vez que os jovens que hoje têm entre 18 e 26 anos de idade cresceram e passaram a maior parte de sua vida escolar durante o período da já mencionada explosão discursiva sobre meio ambiente na mídia – em 1992, ano da Rio-92, esses jovens tinham entre 4 e 12 anos de idade.

Nossa pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Na primeira, aplicamos um questionário junto a 56 estudantes escolhidos aleatoriamente pelo campus da UFSC, com o objetivo de identificar os temas de maior interesse desses jovens, bem como suas preocupações e representações sobre o meio ambiente. Para esta etapa, utilizamos como referência para a elaboração das questões a pesquisa “Retratos da Juventude Brasileira”, realizada pelo Projeto Juventude/Instituto Cidadania em 2003 e 2004. Entre os resultados, pudemos observar que, embora nosso grupo pesquisado possa ser considerado privilegiado pelo fato de ter tido acesso a um curso superior numa universidade pública – experiência vivida por poucos jovens brasileiros –, de maneira geral as preocupações e interesses dos estudantes que responderam aos questionários coincidem com os dados da pesquisa nacional. Questões relacionadas ao acesso ao mercado de trabalho, educação e segurança estão entre as principais

preocupações dos jovens, que tendem a considerar a crise ambiental uma preocupação secundária. (ABRAMO; BRANCO, 2005)

Na segunda etapa da pesquisa de campo, realizamos discussões sobre textos jornalísticos com três grupos de estudantes voluntários – dois grupos de alunos do curso de Jornalismo e um grupo no curso de Pedagogia, num total de 12 participantes. A idéia inicial de organizar grupos de discussão entre alunos de diferentes cursos tornou-se inviável em função da dificuldade de conciliar os horários dos voluntários que se manifestaram interessados em participar da atividade. Optamos, então, por organizar os grupos dentro desses dois cursos, num alinhamento epistemológico com os campos da educação e da comunicação, em cuja interface desenvolvemos nosso estudo.

Cada grupo de discussão leu e comentou um texto jornalístico diferente, dentro do tema aquecimento global, que julgamos mais em evidência na época das atividades de campo – outubro e novembro de 2006. Os três textos têm em comum a apresentação de previsões negativas acerca do futuro do planeta, com base em estudos científicos recentes⁴. Após a leitura dos textos, em conjunto, os componentes dos grupos fizeram comentários a partir de questões propostas pela pesquisadora. Os encontros foram gravados em áudio.

Após as discussões, pudemos constatar que, embora os integrantes dos três grupos não estivessem reunidos no mesmo momento e espaço físico, e mesmo tendo lido textos diferentes, de alguma maneira eles dialogaram entre si. Feitas as transcrições das conversas, organizamos as falas dos estudantes a partir de três eixos temáticos:

⁴ O texto discutido no Grupo 1, publicado no jornal “A Notícia” no dia 25 de outubro de 2006 com o título “Dois planetas para o futuro”, aborda a divulgação de estudo da organização ambientalista WWF (World Wild Fund for Nature) que, entre outras conclusões, indica que o acelerado processo de exploração dos recursos naturais para satisfazer as necessidades de consumo do ser humano está perto do limite. Segundo esse estudo, em menos de meio século seriam necessários dois planetas para atender à demanda. O texto do Grupo 2 foi publicado no jornal “O Estado de São Paulo” em 10 de novembro de 2006, a partir da agência de notícias internacional EFE. A notícia antecipa algumas conclusões que seriam divulgadas oficialmente mais tarde em torno do relatório do IPCC sobre o aquecimento global, indicando uma tendência ao aumento no nível dos oceanos em função do derretimento das geleiras, desaparecimento de áreas hoje emersas – incluindo ilhas e cidades –, risco de extinção de espécies e possibilidade de maiores catástrofes como furacões e terremotos. O texto do Grupo 3 foi extraído da edição número 439 da revista “Época”, da Editora Globo, de 16 de outubro de 2006. Trata-se de um dos textos de uma reportagem especial de 31 páginas com o tema geral “Pense Verde – O que você pode fazer para salvar o planeta”. O texto discutido foi publicado com o título “Bem-vindo à era do caos” e apresenta de maneira mais detalhada as principais previsões sobre o que pode acontecer com o planeta em função do processo de aquecimento global.

a) Ceticismo, impotência e vontade de contribuir - são sentimentos comuns apresentados pelos estudantes durante a análise dos textos que fazem previsões catastróficas sobre o futuro do planeta. Como leitores privilegiados, que têm acesso diário a vários tipos de mídia e afirmam ter interesse em manter-se atualizados sobre o que acontece no mundo, esses estudantes demonstram uma grande capacidade de ler as informações de maneira crítica, ao mesmo tempo em que se mostram críticos também quanto a sua própria falta de consciência. Estimulados pela condução do grupo de discussão, mostraram reações que variam desde uma série de desconfianças – em relação tanto ao que os jornais e revistas publicam quanto ao que os cientistas afirmam – até um reconhecimento de que há algo que eles poderiam fazer para melhorar uma situação supostamente problemática, embora o ceticismo apareça como um empecilho para esse impulso de participação e ação. Como fica evidente neste trecho da discussão do Grupo 2:

Pergunta ao Grupo 2: Quando vocês lêem uma matéria como esta de hoje, com dados bem objetivos, previsões, isso muda alguma coisa na vida de vocês, concretamente?

E5: Não.

E4: Eu acho que dá uma sensação de impotência, de ver como cada pessoa é egoísta, que ninguém está nem aí.

E5: É uma visão catastrófica instantânea, mas depois que você leu, daqui a uma hora, passa.

E2: Às vezes até muda alguma coisa em mim, mas também no máximo uma semana, eu acho. Eu fico pensando, e talvez mude alguma coisa prática... tipo na hora que eu vou jogar o lixo. Mas não é alguma coisa que muda, porque eu fico pensando, será que é verdade? Será que se cada um fizer a sua parte, aquela coisa antiga, acaba mudando alguma coisa? Daí depois eu penso: não vai mudar nada.

Outro elemento bastante presente nesse primeiro eixo é a associação de práticas como coleta seletiva de lixo e consumo de alimentos integrais a uma postura “ecologicamente correta”. Essas práticas são mencionadas pelos estudantes quando eles são questionados sobre o que poderiam fazer para melhorar as condições do planeta, embora eles mesmos reconheçam as contradições embutidas na idéia de que esse tipo de contribuição é insuficiente. Um dos trechos onde essa característica está presente:

Pergunta ao Grupo 1: Quando vocês lêem uma reportagem como esta [sobre o relatório do WWF], muda alguma coisa na vida de vocês, concretamente?

E2: Concretamente, não.

E3: A gente reflete sobre os nossos hábitos, no que a gente poderia fazer.

E1: Eu não sei, a gente já tem todo um ‘negócio’ de meio ambiente, uma prática de coletar o lixo de uma forma, eu pelo menos moro em prédio e é assim. Então tem todo aquele negócio politicamente correto de onde você mora. Mas fora isso, na prática, não acrescenta nada. Eu paro pra pensar, ‘tá, estão discutindo de novo isso, esse problema’, mas não tem nada prático. (...) É difícil trazer pra nossa realidade.

E2: A minha mãe até faz um pouco... agora, eu...

E3: Eu não faço nada além de recolher o lixo certo...

E2: Eu não faço nem isso! Agora, sobre o que muda na minha vida, eu acho que a minha resposta pra tua pergunta é um redondo não.

b) Aspectos políticos na discussão sobre os problemas ambientais: olhares de desconfiança para a origem das pesquisas - os estudantes demonstraram uma capacidade crítica bastante interessante ao observar o fato de que a origem dos dados apresentados sobre a crise ambiental, de maneira geral, serem resultado de estudos desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa. Um estudante do Grupo 3, de maneira especial, problematizou essa questão:

Pergunta ao Grupo 3: Tem algum trecho nesse texto que nós lemos que chama mais a atenção de vocês, algo que desperte medo, ou sobre o que vocês nunca tenham pensado?

E3: Eu acho que o mais interessante é o medo que tem nos Estados Unidos e nos países europeus com o perigo de algo que pode acontecer, e que já acontece em outros países. As mudanças podem causar escassez de alimentação, de água, de alguma coisa assim, mas isso já acontece [em outros países], e pouco importa. Tantas pessoas já morrem de fome no mundo, e pouco importa. Parece que vai ser uma coisa nova, né? Que nunca aconteceu.

Uma discussão bastante significativa com foco político aconteceu no Grupo 1, que analisou o texto sobre o estudo da WWF. Segundo esse estudo, o país com melhor relação entre recursos naturais disponíveis e consumo é Cuba, que vive sob uma ditadura comunista. O país que mais consome os recursos do planeta, na outra ponta, são os Estados Unidos. A apresentação desse dado gerou uma reação um pouco indignada das integrantes desse grupo, que pareceram perturbadas com a idéia de que Cuba, um país onde, segundo elas mesmas afirmam, a população “não tem nada”, possa ser considerado mais equilibrado em termos ambientais.

Outro dado interessante é o fato de os estudantes nos três grupos terem demonstrado uma postura crítica em relação ao fato de os Estados Unidos não assinarem o Protocolo de Kyoto – assunto que, embora não tenha aparecido em nenhum dos três textos, foi comentado explicitamente pelos três grupos, numa associação clara dessa postura política do governo norte-americano com a questão do

aquecimento global. A menção espontânea a esse protocolo nos grupos também pode ser um indício de que a constante exposição do assunto na mídia, assim como outras mediações em várias instâncias, como aulas ou conversas informais, tenham contribuído para informar os estudantes a ponto de ter estimulado neles essa visão crítica.

c) Educação, informação, ambiente: concepções que aparecem nas entrelinhas – em termos gerais, os estudantes dos três grupos de discussão não consideram que os textos analisados sejam educativos. Para isso, concordam, as reportagens deveriam apresentar dados mais detalhados sobre os assuntos abordados, além de aproximar esses temas do cotidiano. Os estudantes do Grupo 3, que leram um texto de revista – portanto, mais detalhado – consideram que o material poderia ter um *uso educativo*, sendo levado para a sala de aula. Outro aspecto ressaltado nos três grupos como fragilidade nos textos lidos foi a inexistência de um contraponto às previsões apresentadas – pesquisas científicas que eventualmente tenham chegado a resultados menos pessimistas. Um momento que se destacou no Grupo 2 foi quando os estudantes foram questionados sobre seu interesse no noticiário sobre meio ambiente. Nas respostas, pode-se perceber uma certa “queda” pelo consumo de notícias com roupagem espetacularizada:

Pergunta ao Grupo 2: Vocês têm algum interesse especial em matérias sobre meio ambiente na imprensa?

E1: Sinceramente, eu adoro o meio ambiente, sou muito ligada à natureza, é uma coisa que me chama muito a atenção e eu gosto de ler, só que eu acho que as matérias sobre meio ambiente são extremamente chatas. São sempre a mesma coisa. Por exemplo, falam muito sobre poluição.

E5: Eu dificilmente procuro a editoria de meio ambiente. Acho repetitivo, não é uma editoria muito dinâmica porque vai no ritmo das pesquisas, e as pesquisas nem sempre são finais, não é uma coisa que me interesse. Eu me preocupo quando tem algum problema, tipo, ah, vai dar uma catástrofe.

E4: Eu acho que tem que falar de poluição, tem que falar das queimadas, que é uma forma de denúncia, de alarme. Se o jornalismo não falar, quem vai falar?

E3: Pra mim atrai mais quando envolve... Isso aqui me leva a pensar que o país está em ritmo de destruição, daí quando você pensa numa coisa grande, em catástrofe, daí interessa. Mas eu não costumo procurar muito.

E1: Geralmente eu olho mais os gráficos e pulo a parte escrita.

E2: Eu também não costumo procurar, não, mas cada dia sai um dado mais alarmante, daí eu acabo lendo.

A transcrição completa dos diálogos dos três grupos de discussão possibilitaria uma infinidade de interpretações ricas e instigantes em torno do nosso tema. Contudo, como nosso espaço é limitado, optamos por apresentar apenas os trechos que

julgamos mais significativos. Em linhas gerais, a experiência com esses grupos nos permitiu perceber que o jornalismo tem de fato um potencial educativo latente, e que nesse processo as mediações têm um papel fundamental para a construção da consciência crítica. A simples leitura de um texto jornalístico, seja ele bem elaborado ou não, é insuficiente para a formação da consciência; é a partir das mediações, seja da escola, da família, dos amigos ou da realização de atividades com grupos de discussão – como os que formamos para nosso trabalho – que as mensagens da mídia são ressignificadas e apropriadas.

5. Considerações finais

Retomando a noção de *consciência* de Paulo Freire, percebemos na fala dos jovens que participaram de nossa pesquisa muitos elementos que sugerem mais a consciência *mágica* – aquela que capta os fatos e lhes empresta um poder superior, resultando numa imobilidade, numa “impossibilidade de fazer algo diante do poder dos fatos” (FREIRE, 1976, p. 106) – do que a consciência *crítica* – aquela que implica o desvelamento da realidade a partir do contato com os fatos. No entanto, nossa abordagem metodológica de pesquisa, com a proposta de levar para discussão textos jornalísticos sobre um assunto em evidência, nos fez perceber a importância de práticas desse tipo na sociedade. Da mesma forma que escolhemos um grupo de estudantes universitários para pensar sobre a questão ambiental fazendo uso de dois recortes de jornal e um texto de revista, poderíamos ter proposto esta mesma atividade com crianças e adolescentes, ou ainda fora do contexto escolar formal, em fóruns comunitários ou oficinas de educação ambiental. Imaginamos que a partir da atividade que desenvolvemos nas três turmas, em novembro de 2006, os 12 jovens tenham recordado e ressignificado algumas de nossas discussões ao verem o assunto aquecimento global voltar à tona de maneira tão incisiva a partir da divulgação oficial do relatório do IPCC, em fevereiro de 2007. Também acreditamos no papel mediador desses jovens, na medida em que muito provavelmente comentaram com seus amigos e familiares, se não a participação na atividade em si, ao menos alguns dos aspectos que foram abordados durante as discussões que realizamos nos três grupos.

Embora de maneira geral se atribua aos jovens de hoje uma imagem consumista, individualista e com pouco interesse político, percebemos nos estudantes que participaram de nossa pesquisa características opostas a essa imagem geral. Estimulados a refletir sobre os textos jornalísticos que apresentamos, eles

demonstraram familiaridade com os temas apresentados e domínio sobre esses mesmos temas, além de um interesse que nem eles mesmos parecem perceber que têm. Mas ao mesmo tempo em que demonstram esse domínio, manifestam de forma muito marcante a sensação de impotência num conflito com o reconhecimento de que não tomam atitudes porque supõem que isso não faria diferença nenhuma.

Voltando a Paulo Freire, acreditamos que a transição de uma consciência mágica ou ingênua para uma consciência crítica, e não só acerca dos problemas ambientais, envolve uma postura educativa que transcenda as paredes das instituições formais de ensino. Para Freire (2001, p. 60), a conscientização envolve um esforço de conhecimento crítico e curiosidade epistemológica. E no contexto atual, falar em educação que transcenda as instituições educacionais formais envolve necessariamente falar na mídia.

Tanto para Freire quanto para Martín-Barbero (2004), educar é construir cidadãos críticos. Nessa perspectiva, vislumbramos nas possibilidades teóricas e metodológicas da mídia-educação um caminho que pode ser muito fértil na construção desses cidadãos críticos. Falando especificamente sobre os dois campos nos quais efetuamos o cruzamento teórico de nossa pesquisa – a educação e a comunicação -, entendemos que é fundamental a inserção da mídia-educação na formação dos profissionais de ambas as áreas, assim como nos demais processos educativos formais e não-formais. É necessário que as universidades formem pedagogos capazes de ler criticamente e orientar leituras críticas da mídia, bem como comunicadores que percebam a dimensão educativa dos produtos midiáticos. Pelo que pudemos constatar, ambas as perspectivas estão praticamente ausentes dos cursos de graduação com os quais tivemos contato para nossa pesquisa.

Por fim, enfatizamos a importância de que pesquisadores tanto da educação quanto da comunicação desenvolvam pesquisas que considerem tanto as representações de quem produz o discurso da mídia quanto as do receptor. Entender o processo de produção do material de mídia, a nosso ver, é fundamental para o exercício de leitura crítica. Da mesma forma, compreender as representações dos profissionais que produzem o discurso publicado, com todas as suas complexidades, e comparar essas representações com as leituras feitas pelo público pode trazer elementos novos e consistentes que, num médio e longo prazo, devem contribuir na perspectiva de inclusão de uma dimensão educativa na comunicação e de uma dimensão comunicacional mais eficiente na educação.

6. Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.) *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2004.
- ABREU, Miriam Santini. *Quando a Palavra Sustenta a Farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis : Editora da UFSC, 2006.
- BRASIL. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. 3.ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- BRASIL. *Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias*. 2.ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível: www.mma.gov.br/agenda21 (acessado em 14/3/2007)
- BRÜGGER, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental?* 3.ed. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2004.
- BUCCI, Eugênio. *Televisão Objeto. A crítica e suas questões de método*. São Paulo : ECA/USP, 2002. Tese de Doutorado em Comunicação.
- CRESPO, Samyra. “Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990”. In: TRIGUEIRO, André (coord.) *Meio Ambiente no Século 21*. Rio de Janeiro : Sextante, 2003.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Fundamentos da Educação Ambiental*. Brasília : Universa, 2000.
- DIJK, Teun A. van. *La Noticia como Discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona : Ediciones Paidós Ibérica; Buenos Aires : Editorial Paidós, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1997.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. 29.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- _____. *Educação como Prática da Liberdade*. 6.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- GAMBA, Izaltino César. *Mediatização do Meio Ambiente: uma reflexão necessária*. Florianópolis : UFSC, 2004. Dissertação de Mestrado em Educação.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide*. Para uma teoria marxista do jornalismo. 2.ed. Porto Alegre : Ortiz, 1989.

- GRÜN, Mauro. “A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo”. In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.) *Crítica Pós-Estruturalista da Educação*. Porto Alegre : Sulina, 1995.
- _____. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. 4.ed. Campinas : Papyrus, 2001.
- ISER. *O que os brasileiros pensam sobre a biodiversidade*. Resultados da pesquisa feita em 2006. Disponível: <http://www.iser.org.br>, acessado em 11/1/2007.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2.ed. Rio de Janeiro : UFRJ, 2003.
- _____. *Ofício de Cartógrafo*. São Paulo : Loyola, 2004.
- NELSON, Peter. *Dez Dicas Práticas para Reportagens sobre o Meio Ambiente*. Washington : IFJ/WWF, 1994.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. “Travesías de la recepción en América Latina”. In: *Recepción y Mediaciones*. Buenos Aires : Grupo Editorial Norma, 2002.
- _____. *Televisión, Audiências y Educación*. Buenos Aires : Grupo Editorial Norma, 2001.
- RAMOS, Luís Fernando Angerami. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*. São Paulo : Annablume, 1996.
- SILVA, Márcia Soares. *Mídia e meio ambiente: uma análise da cobertura ambiental em três dos maiores jornais do Brasil*. Rio de Janeiro : UFRJ, 2005. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura.
- SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. *A Ciência na Televisão: mito, ritual e espetáculo*. São Paulo : Annablume, 1999.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação Ambiental: natureza, razão e história*. Campinas : Autores Associados, 2004.
- TRIGUEIRO, André (coord.) “Meio ambiente na idade mídia”. In: *Meio Ambiente no Século 21*. Rio de Janeiro : Sextante, 2003.